

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E**  
**REDAÇÃO**

**Projeto de Lei: 5054/2018**

**Processo: 10111/2018**

**Autor: Fabrício Gandini**

**Ementa: “Fica vedado descontar da licença maternidade o período de internação do recém-nascido, no Município de Vitória”.**

**I – RELATÓRIO**

De autoria do vereador Fabrício Gandini, o projeto de Lei em epígrafe, fica vedado descontar da licença maternidade o período de internação do recém-nascido no Município de Vitória, tendo sido protocolado nesta casa de Leis em 21 de novembro de 2018, as fls. 01/04 dos autos.

Na justificativa da proposição o autor alega que a licença maternidade é um direito assegurado na Constituição a todas as mulheres que possuam vínculo trabalhista com contribuição à Previdência Social (INSS), apontando que na atual legislação Trabalhista, se uma criança nasce prematura e fica internada, a mãe terá descontado da licença maternidade esses dias

Segundo o autor, a Constituição de 88 inovou ao atribui ao Município uma competência legislativa que não possuía antes, podendo suplementar as normas gerais da União, sem contrariá-las. Por essa razão, lança a presente proposta, não com o intuito de alterar o entendimento da Lei Federal (Consolidação das Leis Trabalhistas), mas moldá-la a realidade do Município de Vitória.

Em cumprimento as normas dispostas no regimento interno da Câmara Municipal de Vitória – Resolução n.º 1.919/2014, objetivando sua regular sua tramitação, o Projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça, para emissão de parecer.

É o relatório.

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

.....  
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

## **II – PARECER DO RELATOR**

Em detida análise ao projeto de Lei em tela e, sob estrita observância à prerrogativas regimentais, especialmente constantes no inciso I do artigo 61, da Resolução de n.º 1.919/2014, a qual estabelece que compete à Constituição de constituição e justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, esta comissão entende o seguinte:

De autoria do vereador Fabrício Gandini, o projeto de Lei em epígrafe, fica vedado descontar da licença maternidade o período de internação do recém-nascido no Município de Vitória, tendo sido protocolado nesta casa de Leis em 21 de novembro de 2018, as fls. 01/04 dos autos.

De acordo com o autor da proposição, o projeto de lei tem por objetivo proteger um direito da mulher, resguardado pela Constituição Federal, no art. 7º, XVII, que garante licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias, sendo este um direito do trabalhador urbano e rural.

Não há dúvida quanto à importância da referida licença conferida à mãe, uma vez que além do cuidado e amamentação fundamentais ao crescimento e desenvolvimento físico do recém-nascido, é o tempo em que também os primeiros laços afetivos entre a mãe e o filho são criados, sendo de suma importância para ambos que o prazo da licença seja integralmente aproveitado para tal.

Ocorre que nem sempre isso acontece, pelos mais variados percalços ocorridos antes, durante ou depois do nascimento da criança, impedindo que o tempo da licença seja gozado de forma efetiva. No caso em tela, observa-se que o autor quer garantir o que já está previsto, suplementando, entretanto, no que diz respeito ao tempo em que o recém-nascido fica internado, de modo que tal tempo não seja considerado na contagem da licença-maternidade das servidoras públicas do município de Vitória, na administração direta e indireta.

Ademais, cumpre destacar que há decisão judicial favorável emitida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em face do Município de Santa Fé do Sul (em anexo) no sentido de conceder a prorrogação de licença-maternidade, sem prejuízo dos vencimentos,

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

correspondente ao período de internação da criança nascida prematura, o que corrobora com a proposição ora objeto de análise, sendo fato relevante para considerar a legalidade da matéria.

Considerando que a Constituição Federal estabelece que compete aos Municípios legislarem sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, verifica-se que o referido processo atende aos anseios da Carta Magna, quando determina ao poder público municipal.

*"Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"*

Também não há que se falar em vício de iniciativa, considerando que a matéria ventilada no referido projeto não se enquadra no rol do artigo 80, parágrafo único, incisos I a IV da Lei orgânica municipal.

Com estes fundamentos, a proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a Constitucionalidade e Legalidade, manifestando-se este relator, pela admissibilidade do Projeto de Lei enunciado, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

Por fim, nos termos da Lei federal n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição federal, verificou-se que redação do projeto de Lei está adequada a melhor técnica legislativa.

### **III – VOTO**

Analisando o projeto supracitado a luz do ordenamento jurídico-constitucional vigente, verifica-se o atendimento a formalidade processualística e a obediência aos preceitos constitucionais.

Diante disso, constando a inexistência de vício, entendemos que esta comissão não pode se manifestar de outra maneira que não seja pela aprovação do projeto.

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940



Ante o exposto, é que se entende pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do Projeto em análise.

É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 20 de dezembro de 2018.

**LEONIL**  
**VEREADOR PPS**



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SANTA FÉ DO SUL

FORO DE SANTA FÉ DO SUL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Avenida Conselheiro Antonio Prado, 1662, ., Centro - CEP 15775-000,

Fone: (17) 3631-3120, Santa Fe do Sul-SP - E-mail: santafejec@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10011	8	Opalleh

## DECISÃO

Processo Digital nº: 1004620-11.2016.8.26.0541  
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Licenças / Afastamentos  
 Requerente: [REDACTED]  
 Requerido: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Rafael Almeida Moreira de Souza**

Vistos.

Com a Constituição Federal de 1988, o artigo 5º, inciso LXXIV dispôs que a assistência jurídica integral e gratuita será prestada aos que comprovarem insuficiência de recursos. Da mesma forma o parágrafo 2º do artigo 99 do Código de Processo Civil possibilita ao juiz determinar à parte que comprove o preenchimento dos pressupostos para concessão da Gratuidade.

Assim, a fim de ser apreciado o pedido de concessão da Gratuidade da Justiça, deve o(a) autor(a) comprovar documentalmente a afirmação de pobreza, trazendo aos autos a comprovação de seus rendimentos ou declaração de Imposto de Renda, esclarecendo que não será aceito o documento "Declaração de Isento", no **quinze (15) dias, sob pena de indeferimento do pedido.**

A causa de pedir e os documentos que instruem a inicial permitem concluir, com segurança, ser relevante o fundamento da demanda.

Destarte, porque preenchidos os requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO a tutela de urgência pretendida na petição inicial para determinar que a MUNICIPALIDADE DE SANTA FÉ DO SUL, assegure à Autora o direito a prorrogação da licença-maternidade, sem prejuízo dos seus vencimentos, pelo prazo de 141 (cento e quarenta e um) dias, correspondente ao período de internação da criança nascida prematura, devendo a mesma ser prorrogada retroativamente a partir de 21 de outubro, data em que a criança teve alta e passou a efetivamente ter contato e estar sob os cuidados da autora.

Cumpra-se a liminar com urgência.

Oficie-se ao Órgão Competente da Municipalidade de Santa Fé do Sul-SP para cumprimento da determinação judicial.

Após, **CITE-SE** e intime-se da antecipação da tutela, na pessoa do Prefeito Municipal e ou, na pessoa de seus procuradores responsáveis, para no prazo improrrogável de trinta (30) dias apresentar contestação à presente ação (art. 7º da Lei nº 12.153/09).

Intime-se.

Santa Fe do Sul, 03 de fevereiro de 2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SANTA FÉ DO SUL**  
**FORO DE SANTA FÉ DO SUL**  
**JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Avenida Conselheiro Antonio Prado, 1662, ., Centro - CEP 15775-000,  
 Fone: (17) 3631-3120, Santa Fe do Sul-SP - E-mail: [santafejec@tjsp.jus.br](mailto:santafejec@tjsp.jus.br)  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

e documento foi liberado nos autos em 07/02/2017 às 13:59, é cópia do original assinado digitalmente por RAFAEL ALMEIDA MOREIRA DE SOUZA.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10111	9	Opalel

**CONCEDIDO VISTA**

Coligado pelo Vereador .....

Presidente Comissão

Em 27/12/18

Prazo limite para devolução S.A.C.  
(Serviço de apoio às Comissões) at  
04/02/19

Secretaria do S.A.C.



RECEBUEIRO

RECEBUEIRO

RECEBUEIRO





**CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
1011	10	Agella

**CONCEDIDO VISTA**

Solicitado pelo Vereador Mazinho dos Anjos

[Assinatura]  
Presidente Comissão

Em 14/02/19

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
(Serviço de Apoio às Comissões) até

19/02/19

Secretaria do S.A.C.

[Assinatura]

Ao DELISA manifestar manifestação  
em três (3) laudas para apresentação  
de estudo

Em 18/02/2019

[Assinatura]  
Mazinho dos Anjos  
Vereador - PSD  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Autência
10111	11	Opulência

PROCESSO N°.....: 10111/2018  
PROJETO DE LEI N°.: 5054/2018  
AUTOR.....: Fabrício Gandini  
ASSUNTO.....: Fica vedado descontar da licença maternidade o período de internação do recém-nascido, no Município de Vitória.

**M A N I F E S T A Ç Ã O**

Do relator da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação, na forma do Art. 61, inciso I, c/c art. 77, inciso V e art. 113, da Resolução n° 1.919/2014 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Vitória.

**I - RELATÓRIO:**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Fabrício Gandini, que veda o desconto da licença maternidade das servidoras o período de internação do recém-nascido, no município de Vitória.

Pretende a proposição assegurar às beneficiárias de licença maternidade o pagamento do benefício durante o período de internação do bebê nos casos de nascimentos prematuros, uma vez que atualmente a mãe tem descontados os dias de internação de seu filho(a) prematuro(a).

Após trâmite regular, foi encaminhado a este gabinete para elaboração de Parecer.

É o relatório, passo a opinar.

**II - VOTO:**

Em detida análise ao Projeto de Lei, será emitido parecer sobre o seu aspecto técnico-jurídico, sob o viés do ordenamento jurídico brasileiro, conforme preceitua o inciso I do artigo 61 da Resolução n° 1.919/2014, que estabelece a competência da Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação.

Em primeiro lugar, em que pese a boa intenção que certamente animou a iniciativa parlamentar, cabe esclarecer que a matéria invade a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho, nos termos do art. 22, inciso I da Constituição Federal:





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10111	12	Opulência

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

Além disso, notadamente, o Projeto de Lei versa expressamente sobre o regime jurídico dos servidores públicos. A esse respeito, o artigo 61, §1º, II, "c" da Constituição Federal, dispõe que são de **iniciativa privativa do chefe do executivo** as leis que disponham sobre servidores públicos e seu regime jurídico:

Art. 61. ...

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

c) **servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico**, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

No mesmo sentido, a Constituição Estadual do Estado do Espírito Santo, em seu art. 63, parágrafo único, IV, reproduz o dispositivo:

Art. 63. ...

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - **servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico**, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;

Não é outro o entendimento da Lei Orgânica do Município, em seu art. 80, parágrafo único, II, que também **limita as leis sobre servidores públicos à iniciativa privativa do chefe do executivo**:

Art. 80. ...

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:





**Câmara Municipal de Vitória**  
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10111	13	<i>Opalke</i>

II - servidores públicos do Executivo, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Ora, fato é que, ao dispor em seu artigo 2º que "fica vedado descontar da licença maternidade o período de internação da criança nos casos de nascimentos prematuros, das servidoras públicas do município de Vitória, na administração direta e indireta", a proposição evidentemente atinge todas as servidoras públicas da capital, invadindo competência privativa do Prefeito, de forma que padece de vício de inconstitucionalidade formal o Projeto ora analisado.

Como se sabe, a função predominante do Poder Executivo consiste em administrar. Assim como cabe ao Poder Judiciário a função jurisdicional e ao Poder Legislativo a função legislativa. Portanto, existem funções afetas a cada Poder, sem é claro neutralizar eventuais exceções.

No entanto, tais atribuições não foram devidamente observadas no projeto em questão, visto que há uma invasão do legislativo na esfera de exercício da função predominantemente afeta ao executivo, afetando à tripartição de Poderes prevista na Constituição Federal.

Assim, em que pese a nobre intenção do legislador propositor atinente às servidoras públicas que gozam de licença maternidade, a presente iniciativa encontra-se eivada de vício insanável de inconstitucionalidade porque fere a competência do chefe do Poder Executivo, a quem incumbe dispor sobre os servidores públicos e seu regime jurídico, violando, consequentemente, o art. 63, parágrafo único, inciso IV da Constituição Estadual, art. 61, §1º, II, "c" da Constituição Federal e art. 80, parágrafo único, inciso II, da Lei Orgânica do Município.

Pelo que OPINO PELA INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE da matéria.

É o parecer.

Vitória, 18 de fevereiro de 2019.

  
Mazinho dos Anjos - PSD





Projeto de lei: 5054/2018  
Processo: 10111/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
Processo	Folha	Rubrica
10111	14	Ocupação

**CONCEDIDO VISTA**

Solicitado pelo Vereador

Linieris / Moraes

Presidente Comissão

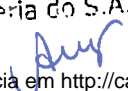


  
STC 21/02/19

Prazo limite para devolução ao S.A.C.  
Serviço de Apoio às Comissões

26/02/19

Secretaria do S.A.C.



4. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* contents were determined by spectrophotometry using the method of Lichtenthaler and Whistler (1987).

Ao SAC,

Por devolução.

em 27/02/19



**Vinicius Simões**  
Vereador  
Câmara Municipal de Vitória

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	DESCRIÇÃO
10111	15	Oggetti



Reunião : comissões C.JUSTIÇA A 0703  
 Data : 07/03/2019 - 13:18:18 às 13:23:00  
 Tipo : Nominal  
 Turno : Ata  
 Quorum :  
 Total de Presentes : 4 Parlamentares

PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
10111	16	Copelli

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
30	Leonil	PPS	Sim	13:22:23
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Não	13:22:46
34	Roberto Martins	PTB	Não	13:22:30
28	Sandro Parrini	PDT	Não	13:22:35

<b>Totais da Votação :</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>TOTAL</b>
	1	3	4

  
 PRESIDENTE

SECRETARIO

*Aprovado o parecer do Senador Mazinho dos Anjos, pela  
 Inconstitucionalidade da matéria.*

